

N.º: Gp1306-IX
Proc.º: 30.06.01.18
35.02.55
35.02.56
Data: 23.11.2010

Assunto: Plano e Orçamento 2011

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores membros do Governo

Dirijo as minhas primeiras palavras para saudar a nova liderança parlamentar do PS e fazer votos que a postura de abertura e diálogo que até aqui se verificou se mantenha.

É positivo e salutar, em Democracia, que os governos não se fechem na armadura da maioria, em altivos estados de alma ou se arroguem de tudo saber sozinhos. Quando tal sucede atingem-se limites drásticos que levam à imposição de medidas austeras.

Veja-se o que acontece na nossa República onde todos os cidadãos já perceberam que qualquer semelhança entre o que o Primeiro-Ministro disse, antes das eleições, e o que o Primeiro-Ministro faz depois de eleições não é mais do que uma condenável e infeliz dissidência.

O nosso País, fruto de uma governação socialista centrada na ilusão e com um Primeiro-Ministro que pratica o auto-elogio como religião pessoal, ao ponto de deixar estupefactos, quando não indignados, todos os portugueses, tem hoje o maior endividamento de sempre, a maior carga fiscal de sempre, a maior despesa pública de sempre, o maior desemprego de sempre.

Na verdade, o Primeiro-Ministro mentiu ao País sobre o valor do défice; subestimou a questão do endividamento; ludibriou quanto aos impostos; renegou o que dissera relativamente às prestações sociais.

Hoje, Portugal é uma Nação em que a esperança é cada vez mais rara e em que os vexames internacionais são cada vez mais frequentes.

Nos Açores, apesar de tudo, o cenário não é tão negro, mas também está cada vez menos rosa. É certo que as finanças públicas regionais aparentam estar mais equilibradas do que as nacionais.

É certo que se conseguiu o compromisso de que serão mantidas as transferências do Estado ao abrigo da Lei de Finanças Regionais em valores semelhantes aos do ano em curso.

Mas é preciso não esquecer que as transferências directas do Orçamento de Estado diminuem e que a solidariedade nacional está cada vez mais posta em causa pelo comum dos portugueses e por altos responsáveis políticos dentro e fora do governo.

Por via disto, e ao contrário do que seria de prever, por culpa do amigo e camarada Sócrates, este ano, já não se pode dizer, outra vez, que temos o maior Plano e Orçamento de sempre na Região.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O Governo Regional destaca que os juros e encargos com a dívida pública não chegam aos 12 milhões de euros, ou seja, pouco menos de 2% do total da receita da Região, mas encobre que a dívida total acumulada do sector público administrativo e do sector público empresarial regional, é de 721,5 milhões de euros.

Não nos podemos esquecer que o Governo tem hoje mais responsabilidades financeiras em avales concedidos ao Sector Público Empresarial Regional (396,9 M€) do que em dívida pública directa (324,6M€).

Ainda hoje a Região suporta encargos de empréstimos contraídos pela EDA em 1992 e ainda hoje não se começaram a liquidar encargos no valor de 303,8 M€ de dez empréstimos contraídos pela EDA, SAUDAÇOR, SPRHI e pelos três Hospitais E.P.E. .

Importa salientar, neste âmbito, que não estão aqui incluídas as verbas investidas em Parcerias Público-Privadas (PPP's) em curso, como as relativas às obras das SCUT's em São Miguel, do Centro de Radioterapia dos Açores e ao novo Hospital das Ilha Terceira, apenas para destacar as de maior dimensão financeira.

De fora desta apreciação estão os avultados passivos financeiros de muitas das entidades do Sector Público Empresarial Regional, nomeadamente os passivos dos três Hospitais E.P.E que, como divulgado na passada semana, leva a que alguns já estejam em situação de falência técnica, ou seja, o capital próprio já nem dá para suportar as dívidas que têm.

Permitam-me que me detenha um pouco mais sobre este sector, vital para o bem-estar da população e para o desenvolvimento dos Açores. Este sector já sofreu, na última década, três AVC – Acidente Vital Contabilístico... Guterres, saneou; SAUDAÇOR piorou; Hospital EPE, hipotecou!

A saúde está, há uma década, em coma, com remotas hipóteses de recuperar e sem especialistas nos Açores capazes de tratar tamanha maleita.

Por outro lado, com a agudização da situação económica e financeira mundial, com implicações óbvias e inevitáveis na Região, o desemprego disparou tendo atingido o segundo valor mais alto das últimas duas décadas no primeiro trimestre de 2010 (7,7%, o correspondente a 9.132 desempregados).

No cômputo do País temos a mais baixa taxa de desemprego, mas também, e apesar dos elevados valores monetários investidos na qualificação e formação dos Açorianos, 69,7% dos desempregados não possuem a escolaridade obrigatória, dois terços deles estão na faixa etária dos 25 aos 50 anos e que 79,2% dos activos possui um nível de escolaridade igual ou inferior ao 3.º Ciclo do Ensino Básico (dados constantes do Plano Regional de Emprego 2010-2015 publicado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 150/2010 de 25 de Outubro).

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Tendo em conta estes indicadores, podemos, no entanto, perceber que na Região algumas das medidas de maior austeridade impostas pela República serão mitigadas por medidas que apoiamos, já assumidas pelo Governo Regional de compensação e minimização dos prejuízos para as famílias e para as empresas.

Não temos dúvidas em afirmar que a crise já chegou aos Açores!

Pela nossa parte partimos para o debate do Plano e Orçamento para 2011 sem posições pré-definidas e sem quaisquer tabus dogmáticos.

Somos uma oposição responsável e publicamente reconhecida pela sua postura crítica, mas assertiva e não raras vezes construtiva.

Ao longo dos últimos anos, e disso muito nos orgulhamos, temos conseguido fazer aprovar algumas das nossas propostas a favor dos Açorianos. Não andamos de chapéu na mão a mendigar nada para ninguém; não temos preconceitos políticos; temos a humildade suficiente de encetar com quem governa conversações com os objectivos de melhorar e contribuir para o progresso e modernização dos Açores.

Do mesmo modo, temos a seriedade de reconhecer que a humildade por parte da maioria e do seu Governo tem sido recíproca ao ponto de analisarem as melhores propostas das oposições, reconhecer-lhes o mérito e aprová-las.

Em tempo de crise a nossa postura não se altera, bem pelo contrário, reforça-se, porque agora não se pode exercer um mandato popular partindo de premissas que estão ultrapassadas por conjunturas adversas.

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados**

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP voltará a apresentar propostas concretas, úteis, exequíveis, sérias e que vão de encontro à preocupação que a todos nos deve assolar de minorar o impacto de políticas regressivas na vida das nossas famílias e empresas.

O CDS-PP será mais uma vez inovador (como foi com o COMPAMID, o Vale Saúde ou as diárias dos doentes deslocados) propondo medidas que visam contribuir para melhorar o cada vez mais magro orçamento das famílias açorianas.

Desde logo, apresentamos uma proposta para a distribuição gratuita a todas as famílias de manuais escolares, nos ensinos básico e secundário da Região. Medida de grande impacto social!

Reforçamos as verbas destinadas a ajudar as famílias com cidadãos portadores de deficiência, nomeadamente potenciando a igualdade de oportunidades desses cidadãos e aumentando as verbas reservadas para a aquisição de ajudas técnicas necessárias à sua maior autonomia, mobilidade e inserção social.

Propomos também um aumento de verbas para a implementação da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos na Região; preconizamos um aumento da promoção dos produtos Açorianos, medida fundamental para o estímulo da economia regional.

Por fim, renovamos a nossa proposta de aquisição de um avião mini cargueiro, no âmbito da promoção e dinamização dos transportes aéreos e dos principais sectores produtivos. Entendemos que, cada vez mais, faz falta este investimento como forma de reforçar a coesão regional, estimulando a economia.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Com esta atitude fica patente a nossa missão de serviço público. Para nós o voto útil tem um significado. E o significado resulta da utilidade que o CDS-PP confere ao voto popular que recebeu.

Sem deixar de evidenciar os momentos difíceis por que vivemos, o CDS-PP acredita na capacidade dos Açorianos e no futuro dos Açores e, por isso, dá o seu contributo.

O Deputado Regional



Artur Lima